



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)

Data da reunião: 31/05/2023

Presidente: Senadora Soraya Thronicke

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PL 5019/2019 Ementa: Altera a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a fim de estabelecer novo prazo para o credenciamento de Entidade Executora do Pronater. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Sérgio Petecão	Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.	O PL reduz de cinco anos para um ano o prazo de credenciamento de entidade executora do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). No entanto, cria a exigência de progressividade quanto ao número máximo de famílias atendidas pela entidade executora, a partir do primeiro ano até o quinto ano de sua constituição. O relator propõe emenda para excluir a abrangência de entidades públicas da incidência do atual § 2º do PL, restringindo a progressividade apenas para as Entidades Executoras privadas. - A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. - Votação simbólica.
2	PL 2694/2021 Ementa: Isenta a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa do pagamento de taxas e de contribuições por serviços prestados, cobradas pelos órgãos reguladores, incidentes sobre os seus pedidos de registro e proteção de experimentos de pesquisa, de tecnologias geradas e produtos. Autoria: Senador Plínio Valério [tramitação] Não Terminativo	Senador Esperidião Amin	Pela aprovação do Projeto	O PL determina que a Embrapa fique isenta, por prazo indeterminado, da cobrança de taxas, contribuições por serviços prestados e similares relacionados a experimentos de pesquisa, produtos e tecnologias geradas pela Empresa perante o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA); e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). - A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa. - Votação simbólica.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	PL 1871/2022 Ementa: Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para ampliar o alcance do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e adequá-lo a objetivos de mitigação e adaptação à mudança do clima e de geração de renda em atividades sustentáveis nos meios urbano e rural. Autoria: Comissão de Meio Ambiente (CMA) [tramitação] Não Terminativo	Senador Weverton	Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.	O PL, oriundo do GT Cidades Sustentáveis do Fórum de Geração Ecológica instituído no âmbito da CMA do SF, amplia o programa Bolsa Verde de modo a que o rol de atividades realizadas pelos beneficiários remunerados contemple ações voltadas à mitigação e à adaptação à mudança do clima, além de incluir em seu escopo a promoção da adaptação e resiliência das cidades ante a mudança do clima. Também alarga o rol dos beneficiários para atender pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica que exerçam atividades de conservação dos ecossistemas, de melhoria e recuperação da qualidade ambiental ou de mitigação e adaptação à mudança do clima. E limita a participação no Programa a dois membros da mesma família. - A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. - Votação simbólica.
4	PL 2458/2022 Ementa: Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para estimular a geração a partir da fonte solar fotovoltaica em unidades consumidoras com titulares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou reconhecidos como agricultores familiares. Autoria: Senador Alessandro Vieira [tramitação] Não Terminativo	Senador Flávio Arns	Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.	O PL garante ao agricultor familiar e ao titular inscrito no CadÚnico e que utilize a fonte de geração fotovoltaica, até 2045, o benefício de não pagarem integralmente o custo pelo uso da rede de distribuição, independente da data em que ingressarem no SCEE. O relator propõe emendas para fazer remissão expressa à Lei 11.326/2006, e permitir que todos os beneficiários desta Lei sejam incluídos na proposição em análise. - A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa. - Votação simbólica.
5	PL 1944/2023 Ementa: Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular o tratamento ambientalmente adequado do esgoto em áreas rurais. Autoria: Senadora Jussara Lima [tramitação] Não Terminativo	Senador Otto Alencar	Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.	O PL altera a Lei 11.445/2007, para estabelecer que o poder público estimulará a implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário em áreas rurais, inclusive por meio, entre outros recursos, de fossas sépticas biodigestoras e jardins filtrantes. Inclui, nos planos de saneamento básico, ações de estímulo a essas soluções; lista potenciais fontes de recursos para as medidas propostas e define que o programa específico para ações de saneamento básico em áreas rurais deverá contemplar ações de estímulo à implantação de soluções individuais de esgotamento sanitário. O relator propõe suprimir dispositivo do PL que trata de fontes de fundos para as medidas propostas, tendo em vista que já existe previsão legal e constitucional para uso de recursos públicos com essa finalidade. - A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa. - Votação simbólica.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
6	PLP 91/2023 Ementa: Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas a ações relacionadas à defesa agropecuária. Autoria: Senadora Tereza Cristina [tramitação] Não Terminativo	Senador Izalci Lucas		O PLP altera a LRF para incluir as ações relacionadas à defesa agropecuária no rol das despesas que não poderão ser contingenciadas se a realização da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas. - A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. - Votação simbólica.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.